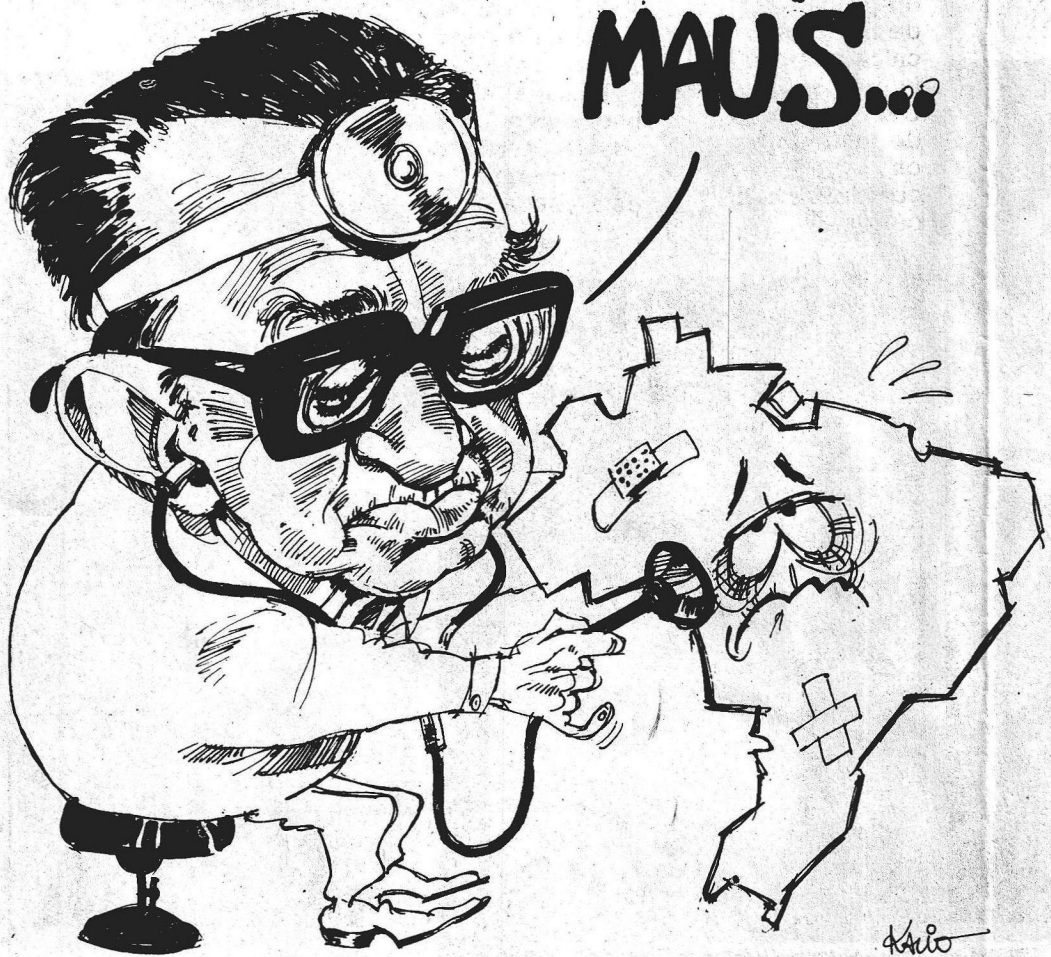


# ECONOMIA

TÁ  
MAUS...



FABIO LUCAS

**A** obra de Ignácio Rangel no campo da Economia tem-se destacado quer pelo vigor das teses, quer pela sua originalidade.

Enquanto dezenas de economistas brasileiros desfilam intermináveis razões para repetir modelos importados, idéias feitas, Ignácio Rangel, com extrema criatividade e força de convicção, aponta caminhos insuspetados, abre novos rumos quer ao diagnóstico dos problemas, quer à terapia do nosso atraso.

A inflação brasileira, por exemplo, objeto de tantos estudos, não teve análise tão realista e fecunda quanto a de Rangel no fim da década de 50.

Tornaram-se clássicos seus ensinamentos acerca da **capacidade ociosa** de nosso sistema e da **dualidade básica** das forças produtivas que impulsionam a economia. Integram um pensamento coerente de interpretação de nossa realidade sócio-econômica.

Seu raciocínio parte sempre de situações dinâmicas, as mais apropriadas para um levantamento realista, ao contrário do que ocorre à grande parte dos economistas brasileiros, viciada com o método dedutivo e com os modelos de análise pré-moldados.

E que Ignácio Rangel tem especial apreço pelo estudo dos ciclos e das flutuações econômicas. Chega mesmo a ver neles a mola mestra, quase inconsciente, da atividade econômica de um povo. E assinala ser inerente ao ciclo econômico o período decrescente da atividade produtora, cuja exacerbação se define pela crise.

São das crises brasileiras as suas considerações mais agudas. Agora, por exemplo, oferece-nos um balanço do desempenho de nossa economia nos últimos vinte anos. **Economia: Milagre e Anti-milagre** (Rio, Jorge Zahar Ed. 1985) constitui um diagnóstico — depoimento — prognóstico de extrema curiosidade.

E curioso lembrar que o presidente José Sarney resolveu, não faz muito, ouvir vários economistas acerca da crise que o País atravessa. Poderia, a nosso ver, ter convocado o maranhense, Ignácio Rangel, a fim de auscultar as razões do con-

terrâneo, outrora eventual conselheiro de Getúlio, Juscelino e Jango em questões econômicas.

E que Ignácio Rangel apresenta, para a crise em curso, idéias inovadoras e, principalmente, otimistas.

Analista a inserção da economia brasileira nos movimentos de longa duração do sistema capitalista (os ciclos de Kondratiev) e a repercussão dos períodos decrescentes ou recessivos do ciclo no subsistema brasileiro.

Nos períodos críticos, indica Ignácio Rangel, a classe dominante se bipolariza, dando curso a novas alianças, que projetam o financiamento da economia em novo nível, abrindo-fendas para o ingresso de novos setores dinâmicos, sem que haja ameaça para o setor hegemônico da conciliação. Trata-se da célebre dualidade básica de nossa economia.

Historiando a tradição "conciliadora" brasileira, Ignácio Rangel data a primeira **dualidade** na fase "b" (decrescente) do 1º ciclo de Kondratiev (1915 - 1948): a classe de senhores de escravos, sócio hegemônico, se compôs com o estrato dos comerciantes, sócio menor e dissidente do capitalismo mercantil português.

A **Segunda Dualidade** irá ocorrer na fase "b" do 2º ciclo de Kondratiev (1873 - 1896), quando os comerciantes da fase anterior se conciliam com os "latifundiários feudais", ou seja, a dissidência progressista da classe dos senhores de escravos.

Passa, então, Ignácio Rangel a definir a **terceira dualidade**, correspondente ao 3º ciclo de Kondratiev (1921-1948), ocasião em que se promove o pacto em os latifundiários (agora setor hegemônico da composição) e os capitalistas industriais, dissidência progressista da classe dos comerciantes, que então se empenhava na substituição das importações e na industrialização do País.

Por fim, a fase atual de nossa economia implicaria a **quarta dualidade**, ou seja, a aliança do capital industrial, agora hegemônico, com a dissidência progressista do latifúndio, o capitalismo agrícola, responsável pelo "latifúndio capitalista" (talvez assim designado por oposição àquele "latifúndio feudal").

Abre-se, assim, um prognóstico em que o capitalismo finan-

ceiro possa vir a desempenhar um papel de relevo na próxima dualidade.

Ao lado desse quadro de correlação de nossos movimentos internos com as flutuações do sistema de que somos dependentes, Ignácio Rangel assimila a idéia cara a Celso Furtado de que o subsistema brasileiro tornou-se portador de um centro dinâmico interno, capaz de gerar seu próprio ciclo. O economista evoca a originalidade dos ciclos "juglarianos" brasileiros, ou de 7 a 11 anos.

Embora sensíveis aos movimentos do centro dinâmico universal, temos condições de operar com relativa eficácia em determinados períodos, desde que a intervenção do Estado privilegie uma política que opte pela expansão ou pela recessão.

A este respeito, convém chamar a atenção para uma das teses mais polêmicas de **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. Trata-se da categórica conclusão de que, ao contrário do que pensam, analisam e divulgam os economistas brasileiros, principalmente os últimos responsáveis pela política econômica, a inflação não se comporta como uma função direta da demanda, já que ela "objetivamente se exacerba nos períodos recessivos, isto é, quando a demanda declina". (p. 42).

A única demonstração quantitativa que Ignácio Rangel se permite para reforçar seu argumento está em mostrar como a inflação se eleva firmemente quando a economia se desaquece e declina a produção industrial. "A política ortodoxa de combate à inflação, partindo da suposição de um excesso de demanda" — conclui Rangel — "justifica todas as medidas antipopulares, do tipo da compressão salarial, da limitação dos financiamentos à produção, etc. Se, ao contrário, o problema decorre de uma contração da oferta, outro tipo de terapêutica entrará em linha de cogitação". (p.43)

Assim, Ignácio Rangel, ao condenar os nossos professores de economia, ressalva algumas "exceções conspícuas", como Adroaldo Moura e L.C. Brenner Pereira.

O leitor haverá de indagar: como eliminar a inflação do Brasil? Rangel responde que somente pelo planejamento, ou seja, numa situação de monopó-

lio, pós-oligopólica, algo distante dos horizontes brasileiros. O remédio será, portanto, "converter melhor com a inflação".

Curioso é também o modo como se refere à questão agrícola. Evoca o seu passado de luta pela reforma agrária, o que lhe valeu anos de prisão na década de 30. Mas reconhece que, nas condições atuais, em que o País incorporou novas áreas — o cerrado, a hilela, a caatinga e mesmo o pampa —, em que a indústria introduziu nova tecnologia na produção de bens agrícolas, em que a fazenda capitalista adota novos métodos de produção, não tem sentido a reforma por que se bateu há tanto tempo. Esta representará o retorno à pequena produção familiar de mercadorias. O futuro, no caso, estaria aberto à fazenda coletiva ou à fazenda do Estado.

Em suma: Ignácio Rangel, ao longo de seu estudo, deixa transparecer corajosas opiniões acerca da inflação e da reforma agrária. No primeiro caso, conclui pela sua inevitabilidade no cenário brasileiro, embora julgando que, pela expansão do setor produtivo, ela tenda a cair necessariamente. O remédio nunca estará do lado da compressão da demanda.

No segundo caso, o da reforma agrária, pensa que seu equacionamento deva estar, ligado às transformações dos últimos tempos: conquista de novas áreas agriculturáveis (cerrado, pampa, hilela), ingresso do capitalismo industrial no campo, levando a uma produção intensiva, avanço do capital financeiro, etc.

A nosso ver, o que faz polêmico o seu pensamento, de ordinário otimista quanto ao futuro da economia brasileira, é a adesão quase irrestrita aos modelos cíclicos e às leis econômicas, o que torna esquemática a sua visão da realidade, a ponto de sugerir serem mecânicos os processos de sua transformação. Nisto, padece do mesmo impulso, mais ou menos determinista, de grande parte dos economistas, geralmente redutores da realidade ao diagnóstico e às vezes utópicos nos planos e programas, desconsiderando a dimensão política do fenômeno econômico.

Fábio Lucas, crítico literário, Doutor em Economia e em História das Doutrinas Econômicas, Presidente da União Brasileira de Escritores e Diretor do Instituto Nacional do Livro.